JORNAL DO BRASIL 15 JAN 1981

Coisas da política

Missão Sarney em 81 de olho em 82

Flamarion Mossri

Há dias o porta-voz da Presidência da República procurou esclarecer o que havia dito na véspera aos jornalistas credenciados no Palácio do Planalto: o Ministro Golbery não estava preparando as reformas eleitorais. Ele recebe cópias de muita coisa, talvez até originais, de parlamentares governistas. Isso não queria dizer que o chefe da Casa Civil estivesse à frente da mudança nas regras do jogo eleitoral.

O esclarecimento foi oportuno e necessário. Afinal, o Presidente da República dispõe do Ministro da Justiça e do presidente do PDS para equacionar as complicadas operações político-partidárias. De direito, deve ser assim. De fato, tem havido exceções. Mato Grosso do Sul e Pará aí estão para confirmar.

Ibrahim Abi-Ackel e José Sarney são experientes e podem cumprir a missão de coordenadores político e partidário do Palácio do Planalto. A reforma da legislação eleitoral, pela ordem natural das coisas, deve ser atribuição do Ministro da Justiça e do presidente do PDS.

Daí a importância para Abi-Ackel e Sarney, da instrução dada por quem de direito ao porta-voz da Presidência, de dar o dito pelo não dito. Pelo menos perante o partido e a opinião pública, ambos continuam merecendo a confiança do Presidente Figueiredo. Depois disso, dirigentes do PMDB, a começar pelo Deputado Ulysses Guimarães, preferiram não alimentar publicitariamente o anúncio de um novo "pacote" eleitoral, de iniciativa de um deputado goiano. O PMDB prefere dar crédito ao Ministro da Justiça e ao presidente do PDS, de que o Governo não está nem vai patrocinar, ou elaborar, reformas casuísticas na legislação eleitoral vigente.

O que tiver de ser feito terá o objetivo de aperfeiçoar o processo eleitoral. A iniciativa será parlamentar, não do Executivo. O Ministro e o Senador foram prestigiados. Agora, José Sarney recebe uma missão política e partidária importante: Seria a segunda, pelo que se sabe. A primeira não deu muito certo, pois envolvia o PSD e a UDN de Minas, na organização da comissão regional provisória do PDS.

O presidente do partido governista está com o mapa do Brasil à sua disposição. Só existe um "pontinho vermelho" no Pará, território acima da direção partidária.

Fora disso, o Senador Sarney está livre, do Oiapoque ao Chuí, para consolidar sua presidência. O que pretende o Presidente Figueiredo com a "Missão Sarney"? Conhecer as divergências seria muito pouco. É difícil alguém não conhecer, até com detalhes. Não deve ser também para examinar a melhor maneira de acomodar as várias facções existentes em cada Estado. Nem sempre isso dá certo, mas é sempre bom prevenir do que remediar. No Pará parece que não houve providências a tempo e a hora. Nem em Mato Grosso do Sul.

Não custa tentar de novo. Por isso mesmo o presidente do PDS cumprirá seu roteiro, para evitar novas surpresas amanhã. Em política, porém, nem sempre o que está evidente é o mais certo. Há quem ache que o Senador Sarney vai pesquisar a situação do partido nos Estados e apurar qual o melhor remédio eleitoral para 82 — voto distrital misto, "distritão", sublegenda, coligação, vinculação total ou outros ingredientes mágicos. Apurar a média de cada Estado, a opinião dos dirigentes.

A "Missão Sarney" pode ser de estudos. Pode ser também para injetar otimismo e esperança no partido e confiança em outros setores de cada Estado, com vistas às eleições de 82.

Flamarion Mossri é repórter da Sucursal do JORNAL DO BRASIL em Brasília.